
INTERVENÇÕES URBANAS E MODIFICAÇÕES NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DA ÁREA CENTRAL DE TERESINA (PI)

Silvana de Sousa **SILVA**

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Piauí- UFPI.

syllsousa@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3499290857776390>

Antonio Cardoso **FAÇANHA**

Doutor em Geografia. Docente da Graduação e do Mestrado em

Geografia da Universidade Federal do Piauí

facanha@ufpi.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/3900423657920514>

Resumo: O conjunto de relações no/do urbano concorre para a coexistência de dinâmicas territoriais diversificadas que são influenciadas pelas diretrizes dos planejamentos e efetivação de intervenções. Nesse contexto, objetivou-se com o presente artigo, apresentar análises das características dos processos contraditórios que integraram a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2015 e suas implicações na apropriação dos espaços, sob a ótica dos lojistas e ambulantes na área central de Teresina. Os procedimentos metodológicos foram compostos pela revisão de referencial teórico, análise do processo de elaboração da Agenda 2015 e observações diretas. Conclui-se, portanto que a Agenda 2015, revelou a predominância de objetivos específicos em sua constituição. Por outro lado, foi possível constatar modificações nas territorialidades, mas também resistências expressas pela permanência de ambulantes na área central.

Palavras-chave: Área central. Intervenções. Apropriação.

URBAN INTERVENTION AND CHANGES IN TERRITORIAL DYNAMICS IN THE CENTRAL AREA OF TERESINA (PI)

Abstract: The set of relations to/from the city contributes to the coexistence of diverse territorial dynamics that are affected by the guidelines of the planning and the execution of interventions. Within this context, this article aims at assessing the characteristics of the contradictory processes that integrated the preparation of Sustainable Development Plan - Schedule 2015 and its implications on the appropriation of spaces, from the perspective of retailers and vendors in the central area of Teresina. The methodological procedures consisted of reviewing the theoretical framework, analyzing the process of preparation of Agenda 2015, and direct observations. We conclude, therefore, that the Agenda 2015 revealed the predominance of specific objectives in its constitution. On the other hand, we determined changes in territoriality, but also explicit resistance to the permanence of vendors in the central area.

Keywords: Central Area. Interventions. Appropriation.

INTERVENCIÓNES URBANAS Y MODIFICACIONES EN LAS DINÁMICAS TERRITORIALES DEL ÁREA CENTRAL DE TERESINA (PI)

Resumen: El conjunto de relaciones en/desde la ciudad contribuye a la coexistencia de diversas dinámicas territoriales que se ven influidas por las directrices de la planificación y ejecución de las intervenciones. En este contexto, el objetivo del presente artículo, la presentación se analizan las características de los procesos contradictorios que integraban la preparación del Plan de Desarrollo Sostenible 2015 Agenda y sus implicaciones en la apropiación de los espacios, desde la perspectiva de los tenderos y los vendedores ambulantes en la zona central de Teresina. Los procedimientos metodológicos consistieron en la revisión de referencial teórico, análisis de procesos de preparación de la Agenda 2015 y observaciones directas. Se concluyo, pues, que la Agenda 2015 reveló el predominio de los objetivos específicos de su constitución. Por otra parte, determinamos los cambios en la territorialidad, sino también resistencia expresadas por la permanencia de los vendedores ambulantes en la zona central.

Palabras clave: zona central. Intervenciones. Apropiación.

INTRODUZINDO O TEMA EM QUESTÃO

A dinamicidade das relações no espaço urbano permite a identificação dos aspectos elementares, para o reconhecimento dos processos que constituem subsídios para as pesquisas que visam construir recursos, bem como para o entendimento das influências resultantes das intervenções urbanas. Nesse contexto, frequentemente estão envolvidos objetivos, cujas contradições podem resultar em predominâncias na apropriação, que refletem os anseios de determinados grupos.

O reconhecimento dos processos de alteração nas territorialidades urbanas, sob a ótica das abordagens geográficas, possibilita a elaboração de ponderações que envolvem a admissão de papéis diversificados. Essas funções estão cotidianamente concorrendo para uma organização, que revela a existência de ações imprimindo características heterogêneas, permitindo observações do conjunto de diferenciações, nas apropriações do/no urbano.

A análise dessa dinâmica está relacionada à área central das cidades em que se verifica o quanto esse recorte assume relevância, na medida em que ela não perde completamente sua função, com as modificações nas relações, como pode ser constatado com Corrêa (2005, p.124), ao afirmar que “[...] do ponto de vista do capital, área central constituía na segunda metade do século XX e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização dos lucros”.

Discorrendo sobre os processos do/no centro, Tourinho (2006) ressalta que este se caracteriza por ser um espaço qualificado pelos aspectos simbólicos e formais, com difícil

apropriação e impossibilidade de uniformização, não sendo, portanto democrático ou homogêneo, além disso, ele é formado pelas identidades de lutas. A análise das iniciativas orientadas para intervenções no âmbito das cidades envolve uma diversidade de elementos, na medida em que os conteúdos desses projetos versam sobre ações, cujas implicações poderão se estender, para além das metas previamente pensadas.

Considerando a produção dos planos na atualidade, verifica-se a intensa idealização de características e conteúdos fundamentados nos preceitos estratégicos. Desenvolvendo uma abordagem crítica desse processo, Ultramari e Rezende (2008, p.11) notam que esses planos têm a “[...] necessidade de criar consenso sobre um modelo de futuro da cidade, segundo a percepção de mudanças em curso, de dar respostas às crises, à recessão dos setores básicos da economia e também de perseguir maior coesão e integração territorial. [...]”.

Somando-se a essas observações é possível verificar que as cidades brasileiras, têm apresentado as tendências verificadas em cidades como Londres e Espanha, envolvendo a revitalização de centros, embelezamento de fachadas; investimentos em hotéis e aeroportos, centros de convenções e museus. Associando a essas ações acontece a promoção do *marketing* e a dissociação de um plano (SILVA, 2012).

No contexto dos planos, algumas observâncias devem ser consideradas, como àquelas demandadas pelo Estatuto das Cidades, que recomendam a necessidade de ampliação da participação diversificada, como subsídio para a expansão do alcance das ações. No entanto, ainda permanecem muitas dificuldades, pois como destaca Hissa (1998) a participação efetiva corresponde a um conjunto complexo de fatores, na medida em que esta não pode ser embasada apenas pela consulta sobre decisões.

A configuração de novas dinâmicas no modo de vida, combinada com as constantes atuações de agentes, concorrem para a efetivação de alterações que geram as intervenções para a Revitalização Urbana. Abordando os processos de constituição da revitalização, Del Rio (1999) afirma que essa intervenção promoveu a inversão da lógica modernista fundamentada nos elementos positivistas, objetivando ultrapassar as ações da renovação urbana que promovia construções simplórias, além de desconsiderar as questões culturais.

As reflexões reiteram o papel da compreensão dos processos, que compõem a evolução da formação de apropriações. Essas abordagens, na área central de Teresina demandam o reconhecimento do processo de implantação da cidade. Nessa tarefa, Chaves (1998), apresenta contribuições ao destacar os elementos relevantes para a constituição da nova capital, cujo conjunto de objetivos comportava a concorrência com o comércio realizado em Caxias (MA), a possibilidade de desenvolvimento de uma navegação mais intensa

favorecida pela proximidade com Parnaíba (PI), além das relações políticas e comerciais proporcionado pela localização estratégica.

No universo das relações da dinâmica territorial, destaca-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2015, bem como as intervenções na área central de Teresina e as implicações para as ações dos grupos sociais. Concebendo a atuação dos diferentes grupos que exercem atividades na área central, a composição de identidade, as intervenções, as resistências e as modificações, sobressaem-se como questão norteadora da pesquisa, o reconhecimento do papel das intervenções urbanas, para as territorialidades existentes na área central, com ênfase na atuação dos lojistas e ambulantes.

Diante dos processos verificados, a hipótese da pesquisa considera que a discussão das intervenções no âmbito da Agenda 2015, representa o atendimento de objetivos específicos em detrimento de outros, concorrendo para a transferência de ambulantes visando a apropriação da área central pelo comércio formal.

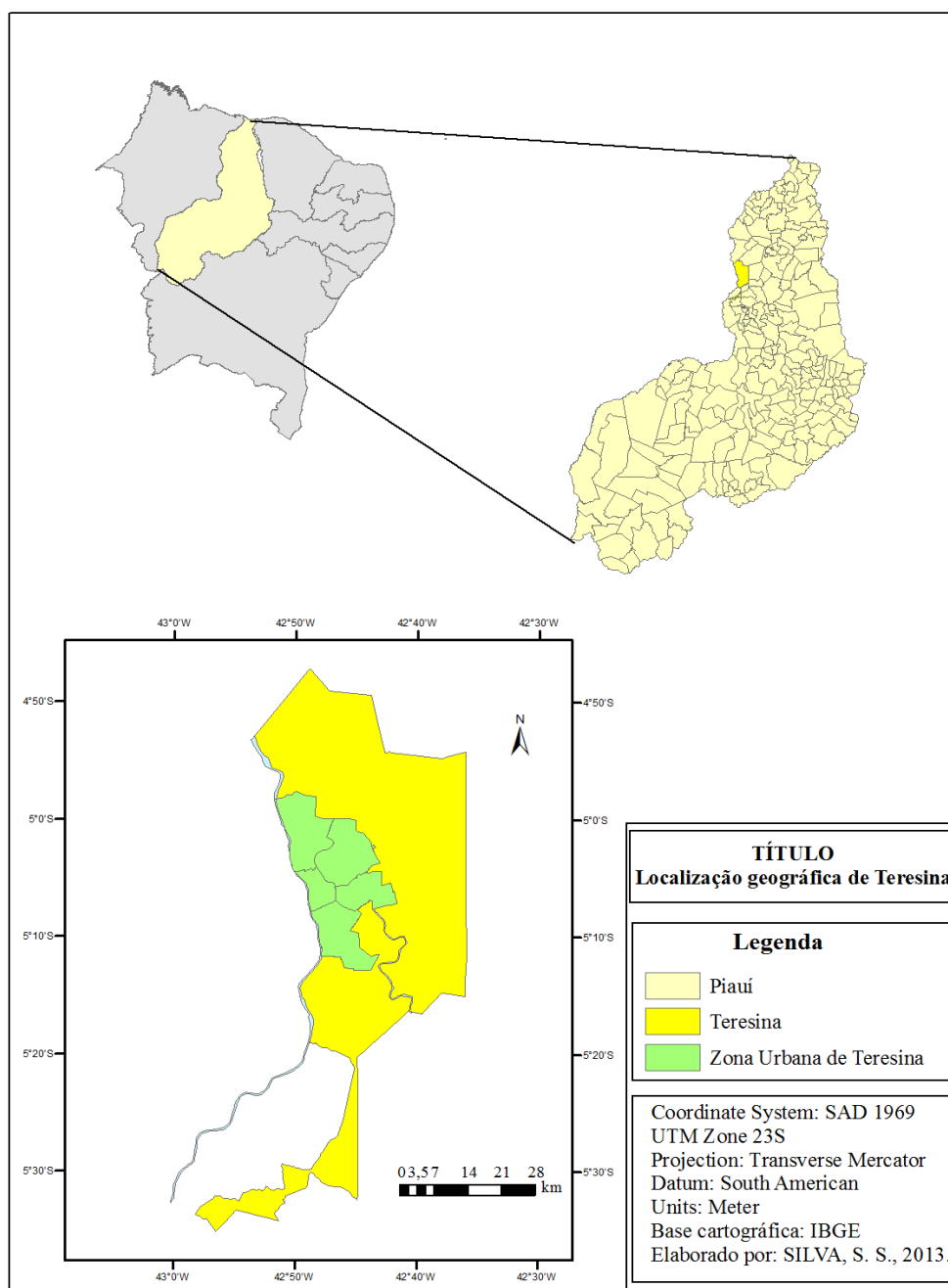
A adoção dos procedimentos metodológicos contemplou a busca pela identificação da existência de contradições, no processo de concepção do Plano de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2015, com vistas à sistematização de análises para os questionamentos e hipótese levantada.

Nessa perspectiva as técnicas adotadas foram compostas pela revisão de literatura, compreendendo o levantamento de teóricos como Alves (2011); Carlos (2007); Corrêa (2005); Haesbaert (2006); Souza (2006); Vainer (2000) e outros, cujas indicações possibilitaram a fundamentação dos processos em escala local. Ademais, efetivou-se a análise do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2015 de Teresina e observações diretas, seguindo um roteiro previamente estruturado.

ÁREA CENTRAL DE TERESINA: DA CONSTITUIÇÃO À AGENDA 2015

Teresina, com uma área de 1.391,981 km², está localizada conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na microrregião com o mesmo nome, no Centro Norte Piauiense (Figura 1). A cidade apresenta população de 814.230 hab., predominando famílias com três residentes no domicílio (IBGE, 2010).

Figura 1: Localização geográfica de Teresina



Fonte: Elaborado por SILVA, Silvana S. 2013.

A abordagem da instalação da cidade no plano inicial que hoje corresponde à área central indica que o modelo adotado estava estruturado em tabuleiro de xadrez, compreendido como facilitador do desempenho das funções que integrariam a nova capital. Lima (2002) destaca que o plano possuía 100 quarteirões para abrigar os elementos fundamentais, estando fora desse limite apenas o cemitério, a cadeia e um poço.

O papel das funções administrativas e comerciais na área central de Teresina é apresentado por Anjos e Soares (2010) ao comentarem que as casas comerciais com maior

relevância no contexto da cidade, estavam concentradas na área central. Além disso, verificava-se a vinculação com os poderes religiosos e políticos. Somando-se a essas observações, Tito Filho (1974) assinala que nesse momento as principais relações são representadas pelo comércio desenvolvido na Praça Rio Branco, composta durante o dia por um intenso fluxo de pessoas, que frequentavam as casas comerciais, além de estudantes e senhores que utilizavam a praça para a convivência.

As descrições possibilitam a legitimação da área central da cidade, enquanto núcleo de concentração das relações que se estabeleciam. Os cenários mostram a intensa caracterização de usos dos equipamentos urbanos, para a convivência e expressiva preponderância das atividades comerciais.

No entanto, a formação de contextos diferenciados é analisada por Anjos e Soares (2010) que observam as modificações no ritmo e característica das atividades expressas, por exemplo, pelas mudanças nas funções das edificações instaladas. Nesse momento o mercado central embora ainda representando ponto relevante para o comércio, verificou a saída dos comerciantes que passam a desenvolver trabalhos ambulantes nas ruas e no entorno das praças.

O processo de modificações nas dinâmicas que caracterizam a expansão da cidade indica que esta verificou um rápido crescimento populacional, que não foi acompanhado por melhoria na infraestrutura, para oferta de empregos e condições adequadas para os habitantes que passavam a optar por outros locais.

A atração exercida pela cidade, articulada às características comerciais, revela que ao longo dos anos o comércio instalado nas ruas da área central, passa a enfrentar contextos compreendidos como causadores de problemas, para o desenvolvimento das atividades comerciais formais. Destacando-se o intenso crescimento do número de vendedores que atuam no comércio informal. Essas anotações concordam com as indicações de Sousa (2006) ao assinalar que existe uma superposição de territórios com temas, cujos limites podem não ser coincidentes, podendo contribuir para a formação de conflitos.

A intensificação dos vendedores ambulantes nas ruas da área central, ligada às características que se posicionam como a ausência de manutenção, concorrera para o desenvolvimento de debates que visavam promover intervenções nesse recorte, como destaca Melo (2002) ao apontar a composição do Fórum Sobre o Centro da Cidade de Teresina em 1989, permitindo as discussões das questões relacionadas, a infraestrutura e funções desenvolvidas no centro. Destaca-se ainda o Fórum de Revitalização do Centro de Teresina, liderado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, realizado em 1997 para reivindicar o início das

ações de revitalização. Já em 2000, foi concebido pela Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina o Plano de Ações para o Centro, cuja ênfase foi representada pela necessidade de alternativas para a presença dos ambulantes nas ruas.

Nesse processo, destacam-se também os projetos construídos no âmbito da Agenda 2015. Para tanto é importante identificar as contradições do processo, como subsídio para reconhecimento das implicações, para as ações na dinâmica territorial dos grupos envolvidos. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável-Agenda 2015 foi marcada por discursos que revelam a existência de cenários contraditórios, em todo o seu processo de elaboração e condução dos projetos.

Nesse sentido, Lima (2012) observa que embora o plano diretor fosse obrigatório conforme os novos princípios constitucionais, Teresina ainda era ordenada pela Legislação de 1988, que não correspondia às pretensões decorrentes das transformações resultantes da expansão territorial. Somente em agosto de 2001 a sociedade foi convocada e se instalou o Congresso da Cidade, para produção da referida Agenda.

Discutindo as características assumidas, Façanha (2007) afirma que o plano adotou o modelo, SWOT utilizado na gestão empresarial fundamentado nas palavras (S)trengths (pontos fortes), (W)eaknesses (pontos fracos), (O)pportunities (oportunidades) e (T)heaths (ameaças). O uso desse modelo revela que o plano desenvolveu as características do planejamento estratégico, devendo-se relatar, conforme examina Silva (2012) os modelos importados de outras realidades que de forma intencional, desconsideram as peculiaridades inerentes ao contexto de sua implantação. Sabe-se, ainda, que os referidos planos não admitem efetivamente a participação popular.

Complementado as apreciações, Vainner (2000) apresenta uma análise crítica das ações para o planejamento estratégico, expondo as ideologias. No primeiro momento a cidade é compreendida como uma mercadoria, na medida em que exige a ampliação da competitividade em um mercado, composto por muitas cidades com objetivos semelhantes. Nessa busca pela venda, sobressaem-se aspectos valorizados pelo capital, tais como espaços para feiras e convenções, oficinas de assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação. Demandando, portanto as observações no contexto das intervenções como objeto de análise.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TERESINA AGENDA 2015: PAPEL DOS GRUPOS SOCIAIS NA ELABORAÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Conforme apresentado no documento Teresina Agenda 2015, as ações estavam fundamentadas e orientadas pelas exigências de implantação das diretrizes da Agenda 21 Nacional, adaptada a realidade local. O processo deveria ser predominantemente participativo e multissetorial, orientado para conceber um plano de desenvolvimento sustentável. As bases do documento eram fundamentadas a partir das agendas, resultantes das reuniões do evento intitulado Rio-92 e a Agenda Habitat II.

O processo de elaboração das metas observou seis dimensões: a ambiental, a social, a econômica, a política, a cultural e a urbanística. Essas dimensões representaram as bases para a escolha dos 16 temas compreendidos como relevantes, para o processo de “desenvolvimento da cidade”. Essas atividades permitiram a preparação de diagnóstico, composto pelas características verificadas em Teresina, corroborando para a descrição de cenários que partiram da situação presente, para vislumbrar desdobramentos futuros, no recorte temporal de 13 anos (TERESINA, 2002).

Diante do conjunto dos aspectos considerados negativos que se constituíam na área central, pensou-se um “Cenário Desejável” composto pela execução de um processo de revitalização, impulsionado pela associação entre iniciativas público-privadas. O setor comercial, deveria guardar características de limpeza, segurança, organização e dinamismo. Além disso, deveriam ser observadas ações para a valorização do patrimônio histórico, englobando ainda iniciativas para melhoria no tráfego (TERESINA, 2002).

No entanto, torna-se importante a análise dos processos para identificação da existência ou não efetiva da participação de grupos muitas vezes antagônicos, mas trabalhando para a defesa de uma cidade com características diferentes. Abordando a participação popular na Agenda 2015, Lima (2012) em uma análise crítica, afirma que a comunicação das atividades aconteceu predominantemente pelas informações na mídia e convite aos setores populares.

Apresentando análise do processo, Façanha (2007) sublinha algumas questões que se sobressaem como o emprego de abordagens apresentadas que se distanciaram das demandas integrantes das realidades nordestina, piauiense e teresinense. Verificou-se, ainda, o predomínio de enfoques essencialmente, econômicos e funcionalistas, que revelam a necessidade de configuração de uma cidade voltada aos interesses do mercado.

O enunciado acima possibilita a concatenação dos princípios elementares do planejamento estratégico, destacando-se a ênfase nas características mercadofílicas, pensando a cidade fundamentalmente sob a ótica de venda dos espaços. Essa perspectiva atua eliminando outras possibilidades, especialmente aquelas relacionadas à ampliação dos usos dos espaços por grupos com objetivos distintos.

Compondo o conjunto de intervenções, sobressai-se o papel atuante dos lojistas e seus representantes como grandes impulsionadores dos debates pelas intervenções na área central, especialmente relacionada com o deslocamento dos vendedores ambulantes, frequentemente associados à responsabilidade pela redução das vendas dos estabelecimentos e causa da pouca diversidade de consumidores.

Esse contexto foi fundamentado na observação de Façanha (2007) ao afirmar que essa ausência de participação, auxiliou o delineamento de um “consenso político e social” quando pensados os programas e projetos da Agenda. Diante desse contexto, a Agenda 2015 foi uma “carta de intenções” representando alguns segmentos sociais que compõem a cidade. Considerando ainda que junto a essas características, constata-se que não foram contempladas no processo e no documento final, as diretrizes contidas no Estatuto das Cidades.

Abordando os processos que compuseram a Constituição Federal, Saule Júnior e Uzzo (2009, p. 262), salientam a grande mobilização popular em torno da participação, consubstanciada pelos mais de 12 milhões de assinaturas referentes aos encaminhamentos das emendas populares. Além disso, constituíram avanços do período

[...] a afirmação e o efetivo estabelecimento da autonomia municipal e a ampliação da participação da população na gestão das cidades, tanto com os mecanismos institucionais diretos como plebiscito, referendo, iniciativa popular e consulta pública quanto com outras formas de participação direta como os conselhos, as conferências, os Fóruns, as audiências públicas [...].

Portanto, verifica-se que a participação popular deve compor o planejamento, observando-se características elementares que concorrem para que se processe a efetividade desse aspecto, embora ainda existam diferentes dificuldades para essa participação. Pois, geralmente apenas uma representação se configura nas propostas em documentos, mas que não se efetivam na realidade, pois quando se avalia, por exemplo, as intervenções, os debates ainda não integram a totalidade dos grupos que serão influenciados.

Na análise do processo de realização da Agenda 2015, verificou-se que as intervenções orientadas para a área central, foram denominadas pelo grupo de trabalho para “Revitalização Urbana”, indicando as características assumidas pelo processo, pois como destaca Alves (2011) revitalizar estaria relacionado a promoção de uma “nova vida”,

demonstrando uma rejeição aos agentes que compunham o espaço. Nessa proposta, pode-se depreender que as ações para a promoção de revitalização, podem não envolver as expectativas desses agentes, por conseguinte seria possível afirmar que a vida existente não era aceitável, conforme as metas que predominavam quando se concebiam os usos.

Esse posicionamento leva a construção de reflexão que quando concordando com os processos concebidos e efetivados visam atender interesses, orientados para a inserção dos espaços no contexto das disputas pela obtenção de reconhecimento. Nesse processo e em muitos outros exemplos são apreciadas as práticas realizadas e que se tornavam alvo dos intensos debates, que reclamavam por ações para alterações no cenário existente. Diante dessas reivindicações, geralmente as atividades, são deslocadas para outros espaços na medida em que elas promoviam uma desvalorização, que atuaria negativamente quando se considerasse a tentativa de obtenção de êxito nas disputas pelo mercado no âmbito do urbano, mas também entre as cidades.

Somando-se a essas colocações Carlos (2007, p.89) aponta as contradições, indicando que a revitalização, “[...] por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza”.

A análise do processo de elaboração revela-se nas (im) possibilidades de atuação de grupos como os ambulantes na existência de processo contraditório especialmente se contemplada as exigências regulamentadas, por exemplo, para a participação. Ademais as observações diretas demonstraram que, no conjunto das atividades propostas, apenas uma parcela foi efetivada, ganhando destaque à transferência dos ambulantes que embora não concordando com a remoção, foram deslocados em direção a novas edificações, cujas características divergiam dos contextos das territorialidades criadas ao longo dos anos, nas ruas.

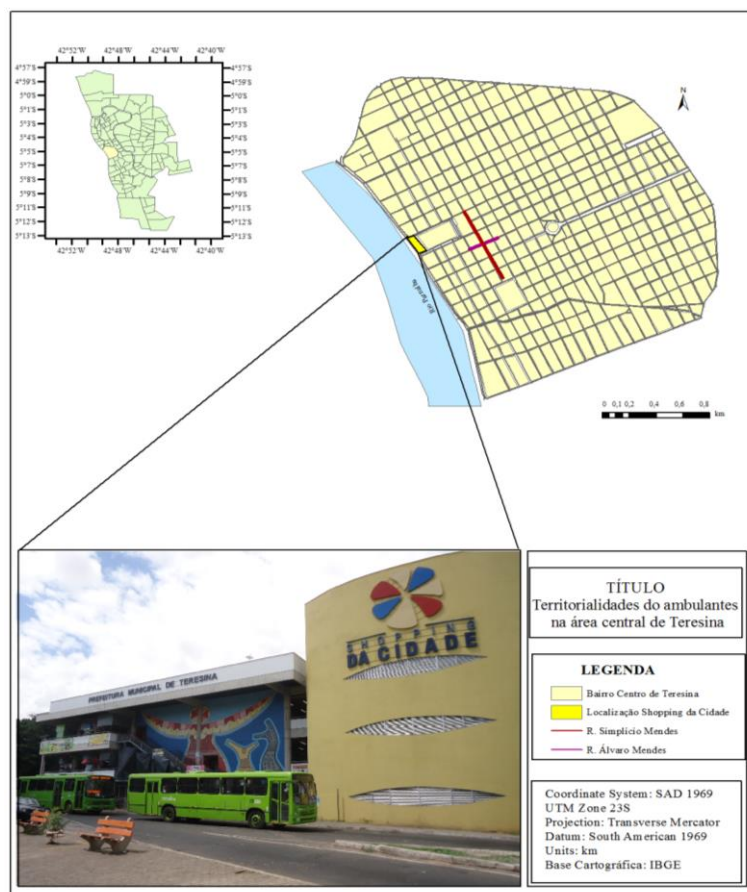
As intervenções efetivadas foram conduzidas, para a instituição de uma nova dinâmica para as atividades dos lojistas e vendedores ambulantes. Esses foram transferidos, promovendo a desobstrução das principais vias representadas pela Rua Álvaro Mendes e Simplício Mendes que concentravam expressiva quantidade de barracas para comercialização dos produtos.

Essas ações constituíam a maior demanda dos lojistas do comércio formal, na medida em que permitiria aos consumidores destes produtos, sob a ótica dos comerciantes a detecção dos estabelecimentos, cuja visualização estava impedida, diante da organização das estruturas

utilizadas pelos ambulantes. As ações refletem a atuação dos componentes do comércio formal, durante as discussões que integram os eventos para a elaboração da Agenda 2015.

Não obstante, a Agenda 2015 desconsiderando as territorialidades desenvolvidas pelos comerciantes que atuam na informalidade, a manutenção desses reforça a impossibilidade de exclusão da atividade da área central. Nesse sentido os ambulantes foram deslocados no ano de 2009 para o Shopping da Cidade, cuja obra é resultante do projeto elaborado pelo grupo de trabalho da Agenda 2015 (Figura 2).

Figura 2: Territorialidades dos ambulantes na área central de Teresina



Fonte: Elaborado por SILVA, Silvana S. 2013.

Essas ações revelam como adverte Sousa (2006) que é necessário superar a concepção de existência de um poder exclusivo, atuando nos territórios. O comércio informal, em suas particularidades requer a localização na área central da cidade, diante do fluxo verificado. Ademais é possível identificar dinâmicas territoriais diferenciadas, como defendido por Haesbaert (2006) ao compreender que o território é relacional, não significando apenas o enraizamento, envolvendo, por conseguinte o movimento e a fluidez que possibilita o discernimento de mudanças. Ademais esse grupo de orientações, deve ser vinculado a

dinâmica que integra esse espaço. Nessa perspectiva, apresentando apontamentos sobre o centro, Tourinho (2006, p.280) destaca que

[...] o centro caracteriza-se como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm na força de sua continuidade temporal e na permanência de espaços coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica, por antonomásia, com a “Cidade”.

O pensamento dessas características, quando articulada às perspectivas dos agentes produtores do espaço, concorre para as observações da autora em análise, ao indicar que o centro se constitui como um espaço de difícil apropriação. Logo, essas particularidades nas formas de apropriação atuam influenciando os debates para planejamento e intervenções.

CONCLUSÃO

A análise da dinâmica das relações que se desenvolvem no urbano com ênfase nas características da área central, revela a formação de processos que indicam a configuração de objetivos distintos, na luta pela apropriação de recortes fundamentais para o desenvolvimento de atividades. A variedade de funções permite a identificação de territorialidades diversas, cujas particularidades indicam a existência de contradições nas relações.

Nesse sentido, verificou-se que o processo de organização do Plano de Desenvolvimento Sustentável Agenda 2015, revelou a atuação diferenciada dos grupos com atividades na área central de Teresina, visando à constituição de ações que objetivavam o atendimento de perspectivas particulares, durante os debates efetivados, objetivando ainda preparar os projetos que seriam executados na área central, com vistas à promoção de melhorias para essas funções.

Ademais embora a transferência do comércio informal das ruas para o Shopping da Cidade, possa representar melhorias na infraestrutura, a imposição dos projetos não correspondeu à consideração e atendimento dos anseios dos ambulantes, cujas territorialidades nas ruas, estavam vinculadas a momentos distintos.

Nesse sentido as intervenções revelam a predominância da atuação dos lojistas, que visavam o reordenamento como fator de incrementação das atividades, possibilitando a afirmação do não atendimento das proposições regulamentadas para os instrumentos do Estatuto das Cidades. Por outro lado constata-se a impossibilidade de apropriação da área central por um único grupo, demonstrando uma dinâmica territorial de contradições,

intervenções, modificações, mas também de permanência de funções, gerando e produzindo novas territorialidades.

Portanto, se faz urgente o aumento da discussão sobre a área central de Teresina na contemporaneidade em razão de sua importância funcional para a cidade e a sua área de influência. Assim, emergem temas de pesquisas que são merecedores de um maior aprofundamento a exemplo da questão do patrimônio histórico, da frágil qualidade socioambiental ou mesmo das dificuldades de mobilidade urbana. Por fim, longe está de se esgotar as reflexões sobre os impactos das intervenções urbanas na área central de Teresina que são propulsoras de novas territorialidades no intraurbano, abrindo novos campos de investigações geográficas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da A. A requalificação do centro de São Paulo. **Estudos Avançados**. São Paulo. Jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100008&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2012.

ANJOS, Claudiana C. dos; SOARES, Rafaela R.. Trajetória da Praça Marechal Deodoro. In: RÊGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha (org). **Piauí: história, cultura e patrimônio**. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 jun. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 03 nov. 2012.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur edições, 2007.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1998.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. São Paulo: Ática, 2005.

DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido: o renascimento dos centros urbanos. **VITRUVIUS**. Arqutextos, n.1. 1999. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/01.006/963>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

FAÇANHA, Antônio C. Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Antonia Jesuíta de. **Cidades brasileiras**: atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, Márcio P. de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Territórios, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

HISSA, Carlos Eduardo. Geografia e planejamento: entre o puro e o aplicado. **Revista geonomos**. n. 62, 1998. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/6_2_33_43_Hissa.pdf> Acesso em: 10 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico-População**. 2010.

LIMA, Antonia J. de. Planos diretores e os dilemas da governança urbana no Brasil. **Textos e contextos**. v. 11, n. 2, p. 362-375, 2012. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/11837/8643>. Acesso em: 30 jun. 2013.

LIMA, Iracilde M. de M. F. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**. ano 1, n. 2, Teresina: Instituto Camilo Filho, 2002. p. 181-206.

MELO, Alcília A. de A.. A revitalização do centro de Teresina. **Scientia et Spes**. ano 1, n. 2, Teresina: Instituto Camilo Filho, 2002.p. 35-48.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. Disponível em:< <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

SILVA, Eugênio R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e ordenamento do território**. n. 2, 2012. Disponível em: <http://observatoriodasmetroles.net/download/empreendedorismo_urbano.pdf. >Acesso em: 15 jan. 2013.

SOUZA, Marcelo L. de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L.. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina**: Agenda 2015 – Plano de Desenvolvimento Sustentável. Teresina, 2002.

TITO FILHO, Arimatéia. **Teresina meu amor**. Teresina: Editora Artenova, 1974.

TOURINHO, Andréa de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U; CARLOS, Ana F. A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis A.. Planejamento estratégico e Planos Diretores Municipais: referenciais e bases de aplicação. **Revista de Administração Contemporânea**. v.12 n.3. Curitiba, 2008. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552008000300006>.
Acesso em: 20 jun. 2013.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado.